

Os Lugares Invisíveis

*Maria Angela Faggin
Pereira Leite*

**Bióloga da USP, mestre da
FFLCHUSP, doutora FAUUSP,
livre-docente FAUUSP 1998**

FUNDAMENTOS

RESUMO

No Brasil dos últimos 40 anos, discursos desenvolvimentistas e, mais recentemente, o discurso neoliberal, sempre procuraram justificar a substituição da vida comunitária pela sociedade individualista, em cujos horizontes não se pode vislumbrar a possibilidade de construção de um modo de vida solidário.

Apoiando-se neste discurso, alguns programas públicos de intervenção espacial, apesar de suas intenções de representar o território como totalidade, o fazem apenas parcialmente e, freqüentemente, sobre lugares que, por sua visibilidade, detêm algum poder de comando na organização espacial, agravando o problema da fragmentação e do individualismo.

ABSTRACT

In Brazil in the former 40 years, developmental debate and specially the liberalistic debate have always tried to justify the replacement of a communitarian way of life for an individual behaviour pattern that inhibits the emergence of solidarity.

Based upon these ideas, some public programs of spatial intervention, in spite of their intention of representing the hole territory, frequently operates just in a few places where visibility assure some control power in the organization of the territory, worsen the problems of fragmentation and individualism.



Os Lugares Invisíveis*

"Os acontecimentos são como fogos de artifício, mas, além de seu clarão, a obscuridade continua vitoriosa."

Fernand Braudel

Discutir, hoje, sob o ponto de vista da qualidade ambiental, os diferentes lugares que compõem nosso espaço referencial cotidiano, é tarefa tão mais difícil quanto mais complexas e múltiplas são as formas de organização e de utilização desses lugares. Não parece difícil, porém, aceitar a premissa de que qualidade ambiental e qualidade de vida são expressões de certos padrões de produção e reprodução social altamente dinâmicos e influenciados pelas necessidades coletivas.

Para Baudrillard¹, "a concentração urbana resulta no aparecimento ilimitado de necessidades", o que leva, em última instância, ao surgimento de lugares complexos – as metrópoles e grandes cidades – onde o trabalho associado permite a floração de uma multiplicidade de atividades localmente complementares, que exigem do meio técnico diferenciação e adaptação para recebê-las. As decorrentes exigências de articulação e de troca de informações criariam enormes necessidades de intercâmbio que deveriam dinamizar o contato entre as diversas subáreas especializadas que aí convivem².

(1) BAUDRILLARD, J., 1970, p. 87.

(2) SANTOS, M., 1994, p. 19.

Mas, o que se observa, ao contrário – e mais especialmente em países como o Brasil, onde a instabilidade desses lugares complexos é proporcional ao número de variáveis que contribuem para conformá-los e agravada pela dimensão territorial – é que, de fato, o que se instala, é uma segregação espacial com um certo número de pequenas áreas especializadas e homogêneas agindo como sistemas específicos e com modelos de produção e consumo altamente diferenciados, numa combinação de ritmos hegemônicos, rápidos e extensos com ritmos particulares, mais lentos e restritos a escalas territoriais reduzidas.

A concretude desse conjunto de partes desunidas e isoladas, que procuram na rotina do cotidiano cada vez mais violento e instável suas próprias explicações e justificativas de organização, substitui a cidade real, distante e abstrata, sobre a qual, no entanto, continuam a incidir políticas urbanas que, insistindo em desconsiderar essa fragmentação, terminam por adotar a exclusão como prática de atuação.

A utilização de parcela importante dos recursos públicos com a finalidade de equipar seletivamente esse território segregado, favorece o mercado concentrado e restrito e instala a urbanização corporativa que, rapidamente, dá origem às metrópoles corporativas onde, de um lado, a modernização obedece aos interesses da economia e das camadas sociais hegemônicas e, de outro lado, o êxito das reivindicações dos diferentes grupos sociais vai depender não só de seu poder de pressão, mas, especialmente, da visibilidade que eles possam adquirir ³.

Esse território seletivo e segregado, calcado na utopia do mercado regulador, abriga lugares que pretendem alojar todas as dimensões da vida em sociedade na esfera privada, constituindo-se em eloqüentes representações históricas da imbricação entre os interesses privados das elites e a atuação pública oficial, e sobre os quais incidem, atualmente, as peculiaridades do processo de mundialização.

Para Milton Santos⁴ esse processo, no que diz respeito aos lugares, obedece às leis conjugadas da divisão internacional e da divisão interna do trabalho. Esta associação de influências é testemunhada por sua

(3) SANTOS, M., 1994, p. 143.

(4) SANTOS, M., 1994, p. 46.

paisagem, que permite retrazar o percurso das sucessivas formas de organização que se concretizam sobre eles.

Mas se, analiticamente, as influências desses sistemas internacionais e locais sobre a organização dos lugares são perfeitamente identificáveis e individualizáveis, empiricamente sua solidariedade é de tal ordem que impede a visibilidade de cada um deles separadamente. Essa opacidade permite e estimula a concepção de programas públicos de ação espacial que pretendem, simultaneamente, determinar a organização dos lugares, antecipando seu futuro e induzir formas de comportamento que atendam às necessidades ditadas pelo mercado e pelo processo de mundialização.

Ostrowetsky, em sua obra *L'imaginaire bâtisseur*, afirma que tais programas de ação ou em suas palavras tais atos de linguagem⁵, podem ser desmembrados em três níveis de análise:

- 1 O do domínio da política urbana, em que o poder planejador extrai suas referências e estabelece relações entre funções urbanas com base em suas próprias necessidades e formas de atuação;
2. o do domínio da urbanística ou do ato referencial, em que as diferentes fases de um programa de ação são descritas, explicadas, qualificadas, tendo em vista a transformação da vontade em necessidade, isto é, a legitimação do querer e do poder;
3. o do domínio do desempenho ou da capacidade de linguagem, em que emerge o poder de criação e inovação e a capacidade latente de produção de sentido que o programa de ação apresenta.

Embora apoiados em normas, valores, desejos e expectativas que constituem a base do processo social de combinar influências externas e internas para organizar os lugares, tais programas de ação não substituem os processos de percepção e apropriação da paisagem pela sociedade, importantes na determinação das possibilidades de uso dos lugares. Originados nos domínios da política urbana e fazendo largo uso, para legitimar-se, das justificativas do urbanismo, falta, freqüentemente, a essas formas de

(5) Atos de linguagem ou programas de ação, para a autora, são ações que interferem no espaço por meio de uma escala de valores reconhecida ou aceita por todos.

atuação, a capacidade de linguagem, isto é, o potencial de inovação e, especialmente, de produção de sentido e a possibilidade de contribuir, efetivamente, para a formação do espírito coletivo.

Apesar de sua intenção de representar o território como uma totalidade, e de sua propalada visão de conjunto, tais planos de ação, quando se realizam, o fazem apenas parcialmente e, freqüentemente, sobre os lugares que, por sua visibilidade, detêm algum poder de comando na organização do território, destinando ao restante dos lugares invisíveis e, por isso, desimportantes, o papel de coadjuvantes nesse processo, à espera de que o acaso os faça transformar-se em objetos de interesse de intervenções futuras.

A estes objetos urbanos, idealmente concebidos como fontes privilegiadas de informações para o estabelecimento de novas malhas de relações sociais, falta a capacidade de transformar valores de determinação, inflexíveis, previsíveis, controláveis, em valores de apropriação, mutáveis, inesperados, possíveis, mas os únicos capazes de conferir estabilidade ao espaço, dentro de uma duração controlável de tempo. Imaginados como elementos de descontinuidade na história do cotidiano, os lugares privilegiados condensam a informação produzida em cada período histórico, buscando comunicar, ao imaginário coletivo, a forma de produção do território, por meio de uma imagem que, embora delineada e legitimada por uma congregação teórica das forças sociais envolvidas no processo de produção e estruturação territorial, será sempre apenas o reflexo da visão que têm, deste processo, as classes hegemônicas. Por outro lado, excessivamente regulamentados por mecanismos técnicos de controle e por normas arbitrárias de organização, falta, a esses lugares, a espontaneidade da comunicação, a possibilidade de transformação que os incorporaria aos domínios do cotidiano compartilhado e qualificado, tornando-os então, e só assim, importantes para a assimilação do simbólico coletivo⁶ Os lugares produzidos por essa imposição, pelas classes hegemônicas, de normas e valores convencionais, são lugares ideais, sem contradições e sem ambigüidades e,

(6) É apenas por meio da sedimentação do simbólico coletivo que se criam referências culturais passíveis de transmissão às gerações futuras. "Quando o espaço adquire valor simbólico coletivo ou indicial, isto permite criar referências figurativas que são transmitidas pela cultura e que dispensam o espaço em si." (Ostrowetsky).

portanto, nas palavras de Ferrara⁷, sem comunicação e sem capacidade de transformação social. *“A experiência coletiva, importante para as práticas associativas, é exterminada, não apenas nas longas horas destinadas ao trabalho necessário para prover meios de consumo, mas também nas ruas, praças e espaços comuns de vizinhança, que deixam de ser importantes para a comunicação entre as pessoas.”*⁸

Atribuindo-se o papel de indutores das mudanças de comportamento social, tais lugares, embora com alto poder informativo, na verdade, eliminam, justamente, os usos e sociabilidades alternativos produzidos pela comunicação do cotidiano e capazes de provocar mudanças efetivas de comportamento social, mas que, por estarem em contradição com o hegemônico, são por ele sufocados. Essa situação é agravada pelo bombardeio das inovações técnicas, capazes de produzir uma infinidade de formas de intervenção controlada e de instrumentos de avaliação e simulação das condições de vida, em sua maioria simples abstrações destinadas a substituir a visão da totalidade, definitivamente banida do horizonte neste final de século, por lugares ideais, apoiados sobre um território virtual.

O processo de organização dos lugares que adota inovações tecnológicas inespecíficas, normas econômicas mundiais e com bases definidas pela distribuição diferenciada de benefícios econômicos e sociais, característico do caso brasileiro, torna a sociedade incapaz de julgar a qualidade do ambiente e, em decorrência, a sua própria qualidade de vida.

Parece haver, entretanto, consenso sobre a potencialidade de mudança representada pela participação da sociedade na formulação de suas estratégias de desenvolvimento. Para Celso Furtado, *“pouca dúvida pode haver de que a pressão na fronteira ecológica, com suas projeções na estrutura mundial de poder e seu impacto na orientação do progresso técnico, conduza a uma descontinuidade na história da civilização industrial: na organização do espaço, nas formas de urbanização, na localização das atividades industriais, no uso do tempo e em muitos outros planos far-se-á sentir essa descontinuidade”*⁹

(7) FERRARA, L., 1993, p. 126.

(8) FERRARA, L., 1993, p. 125.

(9) FURTADO, C., 1983, p. 87

Essas pressões, porém, devem ser canalizadas para a adoção de normas e procedimentos legitimamente aceitos por uma parcela expressiva da sociedade, o que permitirá assegurar sua implementação e sua reprodução. Mais do que nunca, a visibilidade que possam adquirir os diversos grupos sociais – através de manifestações, movimentos populares e formas de conscientização da sociedade – será fator determinante da mudança do modelo de produção e consumo do território, condição essencial para a melhoria da qualidade de vida.

A defesa de intervenções pontuais e inviáveis, que abstraem completamente a base social a que se destinam, se não pode ser generalizada entre a sofisticada militância ecológica e naturalista contemporânea, tem marcado fortemente sua presença nos eventos mundiais em defesa do ambiente. Os inúmeros projetos-piloto que são apresentados como formas de garantir a qualidade de vida futura se, de um lado, constituem elaborados e criativos estudos técnicos de recuperação, requalificação e controle ambiental, de outro lado, por sua própria especificidade e limitada abrangência, não permitem qualquer ilusão de que possam apresentar-se como alternativas ao descontrole predatório que caracteriza o atual modo de produção do território.

Nas palavras de Maricato¹⁰, *“nossa sociedade produz verdadeiras bombas socioecológicas, em regiões que reúnem os piores indicadores socioeconômicos e ambientais, resultantes da desigualdade e da segregação espacial”*. Qualquer intervenção ambiental, visando alterar a situação desses lugares de ninguém, exige, portanto, profundas transformações socioeconômicas e estruturais, que não são sequer mencionadas nesses projetos, deixando a desagradável impressão de que qualidade de vida é mais uma entre as muitas abstrações que caracterizam a impossibilidade contemporânea de ver o território e seus lugares como totalidade.

Induz-se, assim, a um modelo individualista de comportamento, que privilegia o individual em detrimento do coletivo, aprofundando e agravando a fragmentação do território e a opacidade dos lugares e eliminando o cotidiano compartilhado, capaz de construir, coletivamente, alternativas à hegemonia da intervenção oficial. Perde-se,

(10) MARICATO, E., 1996, p. 89.

com a incapacidade da ação coletiva, a cooperação e a solidariedade, o horizonte cultural que aponta para um projeto comum, eliminando a capacidade de perceber o momento histórico, a modernização, a possibilidade de entender o mundo como integração tempo/espaço, isto é, integração entre os fatos e sua manifestação. Os fatos são, cada vez mais, fogos de artifício em meio à obscuridade generalizada.

Trabalhar sobre o espaço, porém, é trabalhar sobre a memória e a história, é construir o simbólico que permite vê-lo como manifestação do público, estrutura social plural e coletiva e não apenas o imaginário, reflexo de desejos e interesses privados das minorias. É apenas o envolvimento coletivo na vida pública dos lugares que pode garantir a conquista e a manutenção dos direitos dos cidadãos. Não existe caso conhecido de cidadania construída sob as leis do mercado ou na esfera da vida privada. A ausência de vida pública é, assim, responsável não somente pela ausência de cidadania, mas também pela negação, a todos, do direito à vida com qualidade.

B I B L I O G R A F I A

- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation, ses mythes, ses structures*. Paris: Denöel, 1970.
- FERRARA, Lucrécia D'Alesio. *Olhar periférico*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- OSTROWETSKY, Sylvia. *L'Imaginaire bâtisseur*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

(*) Texto apresentado na mesa redonda "O cidadão e o direito à vida" no Simpósio Multidisciplinar Internacional "O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em Tempos de Globalização"